

REFORMA DA PREVIDÊNCIA APROVADA EM 1º TURNO É UM ENORME ATAQUE AOS TRABALHADORES!

Na semana passada, num show de demagogia deputados votaram emendas ao relatório da reforma da previdência, mas que em nada mudam o conteúdo cruel dessa reforma que vai fazer os trabalhadores e a juventude viverem a agonia da incerteza sobre o futuro, sem saber se vão se aposentar ou sobreviver com aposentadorias miseráveis.

O relatório ainda garante que os trabalhadores entreguem mais anos de suas vidas aos empresários, tenham mais dificuldades para se aposentar e ganhem aposentadorias menores.

Veja como:

- 1) Reduziu o valor da aposentadoria integral e parcial.
- 2) Aumentou o tempo mínimo de contribuição.
- 3) Aumentou a idade mínima de aposentadoria.
- 4) Deixou de ser um direito garantido pela Constituição Federal.
- 5) Manteve latifundiários isentos de pagar sua parcela ao INSS

**Veja mais detalhes sobre a reforma no Boletim nº53.*



TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO PARA AS MULHERES

Uma das emendas aprovada altera o tempo de contribuição para as mulheres. Na proposta anterior, as mulheres teriam que contribuir por 40 anos para receber 100% do valor da aposentadoria, e com o destaque aprovado, elas podem receber 60% do valor a partir de 15 anos de contribuição e 2% a cada ano adicional, completando 100% aos 35 anos de contribuição, desde que garantida a absurda idade de 62 anos ou outras regras na transição. Também foi aprovado que o homem que estiver vivo aos 65 anos de idade pode se aposentar com 15 anos de contribuição, o mesmo vale para a mulher de 62 anos de idade.

PENSÃO POR MORTE

A pensão por morte também teve alteração para os casos em que este benefício é a única fonte de renda, então será recebido 60% do valor do benefício devido à pessoa que faleceu, mais 10% por dependente adicional, e este valor só não poderá ser abaixo de um salário mínimo.

TODOS OS PRIVILÉGIOS PARA OS MILITARES E POLICIAIS

Para as forças repressivas do estado (militares e policiais), a regra de transição envolverá somente 50% de pedágio e a idade mínima é de 52 anos para mulheres e 53 para homens.

PROFESSORES MOSTRAM QUE ERA POSSÍVEL DERROTAR A REFORMA SE NÃO FOSSEM AS DIREÇÕES DAS CENTRAIS SINDICAIS

Foi aprovada, por 465 votos a favor e 25 contrários, a emenda que altera a idade mínima exigida em uma das regras de transição para os professores, permitindo às professoras se aposentarem aos 52 anos (antes era 55) e, aos professores, aos 55 (antes era 58).

Essa quase unanimidade não significa um consenso por parte dos deputados em defender a educação e seus trabalhadores, mas sim um receio de se enfrentar com esse setor e com a juventude que se mostraram dispostos a lutar a superar suas direções para isso. O PDT, partido de Ciro Gomes e Tabata Amaral, que apresentou esta emenda, ao invés de lutar contra a reforma da previdência, ofereceu dessa forma, uma possibilidade para a extrema direita fazer demagogia com os professores.

O OBJETIVO DO GOVERNO COM A REFORMA É AUMENTAR O LUCRO DOS EMPRESÁRIOS E FAZER OS TRABALHADORES PAGAREM PELA CRISE

As sutis alterações no texto da reforma em nada muda seu caráter violento contra a classe trabalhadora. O acordão pela reforma custou bilhões de reais para cada deputado e garantiu lucro para os empresários de duas maneiras, com a tendência a barateamento dos salários já que os trabalhadores competirão por emprego por mais anos e com a economia e constrangimento do orçamento para aumentar os pagamentos dos juros da ilegal e ilegítima dívida pública.

É PRECISO TIRAR LIÇÕES DO QUE PERMITIU A REFORMA SER APROVADA EM 1º TURNO PARA TRAÇAR O CAMINHO DA LUTA



Não estava dado que a reforma seria aprovada em primeiro turno. Chegamos até aqui, porque as direções das grandes **centrais sindicais como CUT e CTB, dirigidas pelo PT e PCdoB,** atuaram nos sindicatos que dirigem com uma política consciente de não desenvolver a organização e mobilização dos trabalhadores e impedindo que se unificassem com a juventude nos dias de paralisação nacional. A UGT e Força Sindical foram mais descaradas declarando publicamente, a primeira, que era contra a greve geral e, a segunda, que a greve não poderia derrotar a reforma. Ou seja, as centrais construíram o caminho da derrota.

Por outro lado, numa estratégia de **divisão de tarefas para confundir os trabalhadores,** os **parlamentares do PT e PCdoB** falavam e votaram contra a reforma. Mas **seus governadores** assinaram a carta que pede a inclusão dos estados na reforma e defende a reforma tributária. Além disso, o PCdoB apoiou a eleição de Rodrigo Maia à presidência da Câmara, o grande articulador da reforma e que nunca escondeu esse objetivo.

O encontro do Conselho do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior reuniu delegados de todo o país e está construindo 13/08 como um dia de greve nacional da educação, ao mesmo tempo que aponta a necessidade de reforçar a luta contra a reforma da previdência. É preciso unificar a luta em defesa da educação e contra a reforma da previdência, pois

no dia seguinte em que aprovou a reforma em 1º turno, o governo recolocou a educação em pauta. A tramitação da reforma recomeça dia 06/08 e o dia 13/08 deve unificar a luta em defesa da educação e contra a reforma, não é possível organizar atos separados que dividem as forças dos trabalhadores em categorias e os separam da juventude. É preciso unificar a classe trabalhadora entre si e com a juventude.

Para aproveitar o tempo que resta antes da aprovação definitiva, é preciso que as direções dos trabalhadores tenham uma política oposta a que tiveram até agora. É preciso antecipar o ato do dia 13/08 para antes da aprovação da reforma, transformá-lo numa paralisação nacional de todas as categorias de trabalhadores junto com a juventude contra a reforma da previdência e em defesa da educação, como parte de um plano de luta que organize a força dos trabalhadores e da juventude desde as bases, com assembleias; fazendo uma contra-propaganda de massas às enganosas informações do governo sobre a reforma que mantém privilégios para as forças repressivas e políticos.

Nesse momento, é fundamental retomar quais foram as políticas das direções dos trabalhadores, para que possamos tirar as lições para não cometer os mesmos erros e saber quais caminhos devemos seguir, confiando apenas em nossas próprias forças, a partir da organização nas reuniões de unidade, assembleias.

REINTEGRAÇÃO DO BRANDÃO E RETIRADA DOS PROCESSOS!

Sede Fernando Legaspe (Fernandão) Av. Prof. Almeida Parado, 1362, Cidade Universitária, Butantã, São Paulo-SPCEP: 05508-070 - Tel: 3091 4380/4381 3814-5789- email: sintusp@sintusp.org.br – site: www.sintusp.org.br